

ICOT: o que poderia ter sido, mas não foi

É difícil compreender como é que um inquérito que surge para dar resposta à ausência de informação sobre diversidade e desigualdades étnico-raciais em Portugal acaba por não aprofundar estas questões.



Cristina Roldão

4 de Janeiro de 2024, 6:11

Oferecer artigo 6

Corria o ano de 2021 quando tomei conhecimento, na qualidade de antigo membro do Grupo de Trabalho Censos 2021 - Questões Étnico-Raciais (GT), de que o INE pretendia realizar o *Inquérito às Condições de Vida, Origens e Trajetórias da População Residente em Portugal* (ICOT). Os resultados vieram agora a público. São importantes e contradizem a narrativa lusotropicalista prevalecente, mostrando como *a desigualdade e a discriminação não são coisas pontuais*. Haverá tempo para aceder e analisar com pormenor esses dados, mas interessa, desde já, registar alguns aspetos importantes a montante.

O ICOT surge como alternativa pouco consensual depois do chumbo das *recomendações do GT* que propunham a introdução de uma questão relativa à pertença étnico-racial nos Censos 2021. Se o desfecho do GT foi insatisfatório, isso não significa necessariamente que o ICOT também tivesse de o ser. De antemão sabia-se que, comparativamente com um censo, o ICOT seria um instrumento com menos capacidade de influenciar políticas públicas e de romper com o imaginário coletivo de um Portugal branco. Sabia-se também que seria uma inquirição menos robusta do ponto de vista metodológico, por se tratar de uma amostra estatística cujo universo se desconhece e por deixar de fora pessoas com menos de 18 anos. Que o ICOT nunca poderia oferecer o que um censo oferece não era novidade, a questão é o que ele poderia, ainda assim, ter sido e não foi.

É difícil compreender como é que um inquérito que surge para dar resposta à ausência de informação sobre diversidade e desigualdades étnico-raciais em Portugal acaba por não aprofundar estas questões e por as diluir noutras que lhe são laterais.

Em primeiro lugar, há uma preponderância de perguntas relativas à imigração (obtenção de cidadania; calendário e razões da imigração; locais de nascimento do próprio, do cônjuge, dos pais e avós; relação com o país de origem da sua família; línguas faladas e domínio da língua portuguesa). Podemos considerar essas perguntas importantes e que

até há pontos de contacto entre as questões da imigração e das desigualdades étnico-raciais, o que não devia ter acontecido num inquérito como este é que as primeiras se sobrepusessem às segundas. Esta sobreposição é, aliás, uma marca persistente e reiteradamente criticada pelos movimentos sociais, basta que nos lembremos de que o Observatório das Comunidades Ciganas ou a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) foram integrados no Alto-Comissariado para as Migrações.

Em segundo, ao invés de se querer aprofundar o conhecimento sobre a discriminação étnico-racial em Portugal, o ICOT aborda nada mais, nada menos do que 11 tipos de discriminação (cor de pele; grupo étnico; idade; religião; sexo; opinião política; território de origem; escolaridade; incapacidade/problema de saúde; situação económica; orientação sexual), dando-lhes igual peso. Essa estratégia de inquirição não só faz com que cada uma das discriminações seja tratada de forma superficial e confusa, como conduz a uma subavaliação das mesmas. Por exemplo, não basta perguntar em que local/instituição a discriminação foi sofrida, é preciso ser mais específico quanto à forma como essa discriminação ocorreu, se não em todos os contextos, pelo menos em alguns, tais como o trabalho, escola, na interação com a polícia e no acesso à habitação. Talvez o ICOT fosse diferente, se pessoas e organizações das comunidades racializadas e do movimento antirracista tivessem sido envolvidas na sua construção.

A autora é colunista do PÚBLICO e escreve segundo o novo acordo ortográfico